

Plano Brady: apenas um passo à frente

O sr. Maillon da Nóbrega saiu muito otimista da reunião do Comitê Interino do Banco Mundial e do FMI quanto ao andamento do Plano Brady, que teria recebido um apoio dos países que orientam a política das duas instituições. Chegou o ministro a calcular que o Brasil poderá reduzir em 50%, até 1991, sua dívida externa com os bancos comerciais. Todavia, uma análise cuidadosa dos fatos recomenda maior cautela no que respeita à marcha do Plano Brady, mesmo admitindo-se que se deu um passo importante para a solução dos problemas da dívida externa. Na verdade, apenas um passo na direção certa, a exigir porém longa caminhada para que se chegue a uma solução efetiva.

Subsiste um fato: os países que direcionam o FMI e o Banco Mundial concordaram em estudar o Plano Brady, reconhecendo a necessidade de encontrar soluções que exigem uma intervenção dos governos e não apenas a boa vontade dos bancos credores. Aceitou-se que no estudo a ser realizado se levem em conta os mecanismos do mercado secundário, isto é, se reconheça que o valor da dívida pode ser avaliado através deste. Não há dúvida de que tal reconhecimento representa grande progresso. Não podemos, todavia, ignorar, de um lado, algumas opo-

sições e, de outro, a lentidão do processo que foi acionado, o que justifica, amplamente, uma posição cautelosa.

No tocante ao processo de aplicação do Plano Brady, ele terá de passar, conforme havíamos previsto, por uma série de decisões que a nosso ver não justificam o otimismo, um tanto excessivo, do ministro. O Comitê Interino do Banco Mundial e FMI aceitou a idéia do secretário norte-americano Nicholas Brady, no que tange ao encontro de uma solução "política" para a dívida externa. Solicitou assim ao Comitê do FMI e do Banco Mundial a apresentação de soluções concretas. Somente no final de setembro tal estudo estará pronto, não se sabendo se as propostas do Comitê serão aceitas ou não. Veremos adiante que existem algumas dúvidas sérias quanto à aprovação pacífica de tais sugestões: poder-se-ia esperar que na reunião que acaba de ser realizada em Washington o Comitê Interino desse um passo a mais à frente, determinando também a elaboração de um estudo sobre o aumento das quotas no FMI. Nada foi feito nesse sentido, sabendo-se, porém, que o Plano Brady somente poderá tornar-se operacional no momento em que o Banco Mundial tiver conseguido uma ampliação

do seu capital, e o FMI, um aumento de quotas. Neste último caso, não se podem menosprezar as dificuldades a vencer. Com efeito, o aumento de quotas não poderá ser linear, mas países como o Japão, que está pronto a dar maior contribuição, exigem que se reconheça o seu direito de aumentar, paralelamente, seu poder de voto. Cumpre saber quem cederá votos aos nipônicos. Trata-se de uma decisão política importante, pois pode até tirar dos Estados Unidos seu direito de veto no FMI. Tudo isso resolvido será necessário, ainda, na maioria dos países, obter a autorização dos respectivos Congressos para aumento de quotas do FMI e subscrição do capital do Banco Mundial. Portanto um processo lento que poderá assumir conotações políticas ante o pouco entusiasmo que alguns governos vêm dispensando ao Plano Brady.

O chanceler britânico reagiu veementemente diante de uma proposta em que se propunha a redução, com o emprego de recursos dos organismos internacionais (isto é, o dinheiro do contribuinte), do serviço da dívida de alguns países, no que foi secundado por seu colega alemão. Atrás dessas reações, existem problemas de ordem prática. Os bancos norte-americanos estão mais interessa-

dos em reduzir, mediante um fundo especial, o serviço da dívida do que o estoque desta, porquanto não dispõem de reservas suficientes para aceitar um grande desconto sobre o principal; já um fundo especial lhes permitiria receber juros. Os bancos europeus, dispendo de maiores reservas, estão mais capacitados a suportar uma redução do principal.

Mas talvez tenha sido o próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus — que já manifestou algumas objeções ao Plano Brady —, quem melhor definiu a situação do projeto: "É impossível dizer quando começam e quantos recursos terão os programas novos sobre a dívida externa, e isso por duas razões. A primeira é que não sabemos quantos países nem quantos programas teremos de apoiar. A segunda é que isso dependerá da qualidade dos programas. Quanto melhores forem os projetos que recebermos, maior será o financiamento. Além disso, quanto melhores forem os projetos, maior será o seu efeito na redução da dívida".

O governo brasileiro parece admitir que não mais existirá a condicionalidade no Plano Brady, o qual, certamente, será muito mais exigente do que algumas operações de crédito que sobrevivem de *waver* em *waver*.